

BREVE ANÁLISE DA IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS MACROECONÔMICAS PARA A ECONOMIA BRASILEIRA

FRANKLIN FERREIRA DE ALMEIDA

TAMIRES D'ÁVILA DE MORAIS ANDRADE

É Mestre em Economia da Empresa pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professor dos Cursos de Ciências Contábeis e Direito na FAFIC. Docente nos Cursos de Economia, Comunicação Social (Jornalismo), e Odontologia nas Faculdades Integradas de Patos. A coautora é Licenciada em Ciências Exatas – Licenciatura Plena em Matemática pela Universidade Estadual da Paraíba, CAMPUS VII, Patos-PB.

RESUMO

O referido artigo trata da discussão sobre importância das políticas macroeconômicas para a economia brasileira, cujo objetivo principal, é apresentar e refletir as políticas macroeconômicas no combate a algumas distorções econômicas. O procedimento metodológico deste artigo consistiu na análise de textos de autores como: Troster & Mochón. (2004), Vasconcellos (2009). O método utilizado nesta pesquisa, foi o método dedutivo, no qual partiu de estudos amplos para a análise mais restrita, buscando assim, assegurar um melhor entendimento a cerca do tema. Após uma reflexão mais aprofundada sobre o assunto em questão, percebe-se a importância das políticas Fiscal, Monetária, Cambial, Comercial e de Rendas no controle da inflação, e na promoção da estabilidade do nível geral dos preços, e no equilíbrio externo. Esse fato revela a intervenção do Estado que está presente cada vez mais na economia.

Palavras – Chave: políticas. Macroeconomia. Estado.

ABSTRACT

The article deals with the discussion on the importance of macroeconomic policies for the Brazilian economy, whose main objective is to present and reflect macroeconomic policies in combating some economic distortions. The methodological approach of this paper was the analysis of texts by authors such as: Troster & Mochón. (2004), VASCONCELLOS (2009). The method used in this research was the deductive method, which sailed from large studies to analyze more restricted, thus seeking to ensure a better understanding about the subject. After further reflection on the subject matter, one realizes the importance of policies Fiscal, Monetary, Exchange, Commercial and Income in controlling inflation and promoting stability in the general price level, and the external balance. This fact reveals the State's intervention in this growing economy.

Keywords: politics. Macroeconomics. State.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a economia brasileira vem passando por um processo de transformação no que tange a adoção de várias moedas, planos econômicos, e políticas econômicas, sempre no intuito de promover o crescimento da capacidade produtiva da economia através do produto Interno Bruto (PIB), como também o aumento do nível de emprego e controle da inflação, sempre enfocando as metas para a lado do crescimento da economia.

Em contra partida, o desenvolvimento da economia, que consiste na busca de melhorias nos índices sociais, pois tenta promover o bem estar da população, fica no plano secundário, visto que o crescimento, é prioridade no Governo Federal. Então, é importante destacar que o crescimento é diferente de desenvolvimento econômico. Sendo que, o primeiro é o aumento da renda nacional (que é a soma de todos os rendimentos recebidos, durante determinado período de tempo). Já o desenvolvimento econômico, consiste na melhoria nos indicadores sociais como: redução do desemprego, diminuição da pobreza, ampliação de moradia, controle do meio ambiente, etc.

Então, o referido artigo objetiva apresentar as diversas políticas macroeconômicas, com seus respectivos instrumentos para a promoção do crescimento da economia.

DESENVOLVIMENTO

POLÍTICAS MACROECONÔMICAS

Segundo Troster (2004, p.178), a política macroeconômica é a integração do conjunto de medidas governamentais destinadas a influir sobre a marcha da economia no seu conjunto, cujo objetivo é o controle da inflação, redução do desemprego e promoção do crescimento econômico.

No entanto:

Alguns textos colocam também como meta o equilíbrio no balanço de pagamentos, mas consideramos que esse não é

um objetivo em si mesmo, mas um meio, um instrumento de política econômica condicionado a alguma ou algumas das metas citadas acima. (VASCONCELLOS,2009,p.188)

Essa interpretação de Vasconcelos se dá pela condição de que o equilíbrio no balanço de pagamentos, na verdade, é consequência da adoção de políticas macroeconômicas, pois tenta através dela, reduzir o desemprego, ampliar a produção nacional, e controlar a inflação, influenciando assim, positivamente no balanço de pagamentos, buscando então, o seu equilíbrio.

INSTRUMENTOS DE POLÍTICA MACROECONÔMICA

A política macroeconômica abrange a atuação do governo sobre a capacidade produtiva de um país, com o objetivo de permitir à economia operar no pleno emprego (que é a utilização de todos os fatores disponíveis na economia), com baixas taxas de inflação e distribuição justa de renda.

Para essas metas serem atingidas, faz-se necessária a utilização de instrumentos de política macroeconômica, pois de acordo com Vasconcelos (2009, p.193), esses instrumentos são os seguintes:

Política Fiscal: que trata das decisões sobre a arrecadação e os gastos do governo;

Política Monetária: tem o poder de decidir sobre o volume de moeda na economia;

Política Cambial e Comercial: atua no combate a inflação e equilíbrio externo (saldo da balança de pagamentos equilibrado); e

Política de Rendas: intervêm na formação e controle de preços e salários (desenvolvimento econômico).

Política Fiscal

Refere-se a todos os instrumentos de que o governo dispõe para a arrecadação de tributos e controle de suas despesas. Além da questão do nível de tributação, a política tributária, por meio da manipulação da estrutura e alíquotas de impostos, é utilizada para estimular, ou inibir, os gastos do setor privado em consumo e em investimento.

Traduz essa ideia partindo do foco que, se o objetivo da política for redução da inflação, as medidas fiscais normalmente utilizadas são a diminuição de gastos públicos e, ou o aumento da carga tributária, o que inibe o consumo e o investimento, ou seja, visam diminuir os gastos da coletividade.

Essa política que trata das receitas e despesas do governo, envolve a definição e aplicação da carga tributária exercida sobre os agentes econômicos, bem como os gastos do governo, que tem como base os tributos captados. Pois a arrecadação de impostos afeta o nível da demanda ao influir na renda disponível que os indivíduos poderão destinar para o consumo e poupança.

Dado um nível de renda, quanto maiores os impostos, menor será a renda disponível e, portanto o consumo. Assim, se a economia apresenta tendência para a queda no nível de atividade, o governo pode estimulá-la, cortando, ou diminuindo os impostos.

Política Monetária

Segundo Vasconcelos (2009, p.194), essa política refere-se à atuação do governo sobre a quantidade de moeda, de crédito e das taxas de juros. Pode ser definida também como sendo o controle da oferta da moeda e das taxas de juros, no sentido de que sejam atingidos os objetivos da política econômica global do governo.

Em outras palavras, podemos definir a política monetária como sendo o controle do sistema bancário exercido por um governo na busca da estabilidade do valor da moeda.

Vale registrar que a política monetária age diretamente sobre o controle da quantidade de dinheiro em circulação, visando defender o poder de compra da moeda e pode ser restritiva e expansionista.

A política monetária restritiva, engloba um conjunto de medidas que tendem a reduzir o crescimento da quantidade de moeda, e a encarecer os empréstimos. De forma mais objetiva, podemos afirmar que em uma política monetária restritiva, a quantidade de dinheiro em circulação é diminuída, ou mantida estável, com o objetivo de desaquecer a economia e evitar a aumento de preço, buscando então o controle do processo inflacionário.

Já a política monetária expansionista, é formada por medidas que tendem a acelerar a quantidade de moeda e a baratear os empréstimos (baixar as taxas de juros), incidindo positivamente sobre a demanda agregada (que é a demanda total de bens e serviços numa dada economia). Ou seja, em uma política monetária expansionista, a quantidade de dinheiro em circulação é aumentada, com o objetivo de aquecer a demanda e incentivar o crescimento econômico.

Política Cambial e Comercial

Segundo Vasconcelos (2009, p.194), a política cambial atua sobre as variáveis relacionadas ao setor externo da economia, e refere-se ao controle do governo sobre a taxa de câmbio (fixo e flutuante). Pois é importante frisar que a mesma é constituída pela administração das taxas de câmbio, pelo controle das operações cambiais, tendo como objetivo central o mercado externo, no sentido de manter equalizado o poder de compra do país em relação aos outros com os quais este mantenha relações de troca.

Já a Política Comercial diz respeito:

Aos instrumentos de incentivo às exportações e/ ou estímulos/ desestímulo às importações, sejam fiscais, creditícias, seja estabelecimento de cotas etc. (VASCONCELOS, 2009, p.194)

Política de rendas

É o conjunto de medidas que visam à redistribuição de renda e justiça social. É um dos instrumentos da política econômica governamental, juntamente com a política fiscal, e a política monetária.

Normalmente, esses controles, são utilizados como política de combate à inflação. Esses controles também são denominados de “política de rendas” no sentido de que influem diretamente sobre as rendas (salários, lucros, juros, aluguel). (VASCONCELOS, 2009, p.195).

Essa política é de grande importância para a sociedade, pois tem o objetivo de procurar promover uma melhor distribuição de renda para a população, ou seja,

tem a preocupação com as questões sociais, focando o desenvolvimento econômico, visto que está diretamente ligada a busca da melhoria e da qualidade de vida das pessoas, principalmente das classes sociais mais baixas.

CONCLUSÃO

Conclui-se que as políticas macroeconômicas são utilizadas no intuito de controlar a inflação, promover a estabilidade do nível geral dos preços, como também o equilíbrio externo, e finalmente distribuir de forma equitativa a renda.

Numa economia marcada por processos inflacionários nas décadas passadas, e com a queda do poder de compra da moeda, acarretou distorções na renda, principalmente, nas classes baixas, gerando assim, consequências como a diminuição do consumo, causando uma elevação do nível de pobreza nessa classe da população.

Considerando o atual quadro econômico mundial, com suas crises que assolam as economias, é fato que a “mão interventora” do Estado está cada vez mais presente nesse cenário, onde os governos, com seus bancos centrais, adotam políticas macroeconômicas, no intuito de promover o bem estar da população, controlando a inflação e promovendo a geração de emprego e renda, sendo assim, isso só é possível, devido a utilização desses instrumentos das políticas macroeconômicas na nossa realidade brasileira.

REFERÊNCIAS:

NOVÍSSIMO DICIONÁRIO DE ECONOMIA. Organização e supervisão de PAULO SANDRONI. EDITORA BEST SELLER. - São Paulo, SP. 1999.

TROSTER, Roberto Luis; MORCILLO, Francisco Mochón. **Introdução à economia**. São Paulo:MAKRON Books, 2004.404p.

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de. **Economia Micro e Macro**. 4.^a ed.
São Paulo: Atlas, 2009.